

Assunto Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2022

De Cristiana Lima Soares <cmlima@tre-ba.jus.br>

Para Perola Pletsch <perola.pletsch@pisontec.com.br>

Data quarta-feira 3 de agosto de 2022 19:33:04

Prezada Sra. Pérola Pletsch,

Apresentamos abaixo a justificativa da área técnica do Tribunal para a manutenção da exigência de comprovação da condição de revendedor autorizado do fabricante referente ao software Autocad:

"Quanto ao software Autodesk, somente os revendedores autorizados estão aptos a comercializar os planos de assinatura de 3 anos, de maior vantagem para o Tribunal, bem como a nos assegurar, caso seja necessário, um suporte especializado, visto que para atender à política da fabricante precisam contar com time técnico certificado nas especializações infraestrutura, edificação e governo da Autodesk.

Cabe pontuar, também, que não se trata de uma aquisição de software "de prateleira" mas sim da subscrição de assinaturas que, a princípio, será renovada pelo Tribunal nos exercícios subsequentes. Dessa forma, somente uma revenda autorizada é capaz de garantir a validade da assinatura junto ao fabricante e manter esta continuidade na prestação dos serviços sem que haja perdas para o Tribunal, .."

Atenciosamente,

Cristiana Lima Soares
Pregoeira do TRE-BA
71 3373-7085

De: Perola <perola.pletsch@pisontec.com.br>

Para: cmlima <cmlima@tre-ba.jus.br>

Cc: Estela <estela@pisontec.com.br>; Deborah <financeiro@pisontec.com.br>; Carla <carla.carvalho@pisontec.com.br>; Cristina <vendasgov4@pisontec.com.br>; Michel <michel@pisontec.com.br>; Matheus <matheus.tavares@pisontec.com.br>

Data: quarta-feira, 3 de agosto de 2022 às 09:45 -03

Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2022

À

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2022

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço de direito de uso temporário (subscrição) dos softwares Adobe Captivate, Adobe Creative Cloud e Autodesk AutoCAD LT, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

Prezado Senhor,

A empresa Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 12.007.998/0001-35, situada em Olinda/PE, vem, tempestivamente, **SOLICITAR ESCLARECIMENTO** conforme termos elencados abaixo.

EDITAL

"10.11. Para os itens 1 e 2, a licitante deverá ser uma revenda autorizada da Adobe com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais no Brasil. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Adobe Partner Connection Portal): <https://adobedealreg.secure.force.com/PartnerSearch>, conforme requisitos do próprio fornecedor, disponível em: <https://express.adobe.com/page/vYURQqMipzyBd/>. 10.12. Para o item 3, a licitante deverá ser uma revenda autorizada da Autodesk. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (localizador de Parceiros Autorizados Autodesk): <https://www.autodesk.com.br/partners/locate-a-reseller>."

I. DAS COMPROVAÇÕES NECESSÁRIAS

O edital em análise exige que o Licitante seja revendedor/parceiro Autodesk.

Entretanto, essa exigência não encontra previsão na Lei 8666/93, principal diploma que norteia os procedimentos licitatórios, a qual, inclusive, coíbe a prática de atos que sejam tendenciosos ou frustrem o caráter competitivo dos certames.

Ora, a consequência direta da exigência em comento é a limitação de participantes.

Ainda, o rol de documentos/exigências dos licitantes destinados a participação dos processos licitatórios, conforme previsto nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativo, o que fica evidenciado pelo emprego do legislador dos termos 'exclusivamente' (art. 27, caput, Lei 8.666/1993) e 'limitar-se-á' (art. 30, caput e 31, caput, da Lei 8.666/1993).

Assim não é possível exigir do licitante outros documentos além daqueles elencados nos mencionados dispositivos legais.

Isso porque os documentos e as exigências nos processos licitatórios têm como parâmetro fundamental o art. 37, XXI, da Constituição Federal, que limita as exigências de qualificação técnica e econômica às 'indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações', com o objetivo evitar a restrição da competitividade do certame.

Neste mesmo sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União, sendo ponto pacífico na jurisprudência desta Corte. Vejamos.

- No item 9.2.1. do Acórdão 5.508/2009 – 2ª Câmara, o Tribunal determinou a Prefeituras Municipais que, em licitações envolvendo recursos federais, 'atenham-se ao rol de documentos para habilitação definido nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993, sem exigir nenhum elemento que não esteja ali enumerado'.
- No item 9.1.2. do Acórdão 1.745/2009 – Plenário, o Tribunal determinou a uma entidade federal que 'abstenha-se de exigir das licitantes interessadas como condição para habilitação documentos não previstos nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993'.
- No item 9.3.2.3. do Acórdão 1.731/2008 – Plenário, o Tribunal determinou a um órgão federal que 'abstenha-se de prever, como exigência de habilitação, requisitos que não estejam contemplados nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, por ausência de amparo legal e por restringir a competitividade da licitação, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da referida lei'.

A taxatividade do rol de documentos destinados aos licitantes é também reforçada pela doutrina, a exemplo do que dispõe Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 306):

*O elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo. Ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, em cada licitação, exija a comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. **O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos** (grifo nosso).*

Por todo o exposto, temos que a exigência de não está prevista em nenhum dos dispositivos da Lei 8.666/1993, que regulam a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal ou trabalhista, devendo, portanto, ser rechaçada.

Assim, em respeito aos princípios da legalidade, da Ampla Concorrência e da Isonomia, entendemos que a exigência que o Licitante precisa ser revendedor Autodesk não deve ser mantida; ou que seja **aceita apresentação de declaração do distribuidor**, autorizado no Brasil dos softwares desenvolvidos pela Autodesk, de que a licitante é uma revenda autorizada, sendo, suficiente para demonstrar que tem plenas condições de fornecer o objeto da licitação, podendo comprar, vender e/ou solicitar produtos da linha Open, entre eles o Autocad.

Está correto o nosso entendimento?

Agradecemos sua atenção ficando no aguardo de breve resposta.

Atenciosamente,

Perola Pletsch | Setor Jurídico



www.pisontec.com.br |
perola.pletsch@pisontec.com.br

office: +55 81 3257-5110

